

PEDIDO DE TUTELA PROVISÓRIA Nº 2.638 - PR (2020/0069336-0)

RELATOR : MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO
REQUERENTE : P MENEGUETTI AGROPECUARIA - EM RECUPERACAO JUDICIAL
REQUERENTE : S MENEGUETTI AGROPECUARIA - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL
REQUERENTE : M P M ZANIN MENEGUETTI AGROPECUARIA - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL
REQUERENTE : I M CREMA MENEGUETTI AGROPECUARIA - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL
REQUERENTE : MOACIR MENEGUETTI AGROPECUARIA - EM RECUPERACAO JUDICIAL
REQUERENTE : M B MAGALHAES SILVA MENEGUETTI AGROPECUARIA - EM RECUPERACAO JUDICIAL
REQUERENTE : A MENEGUETTE AGROPECUARIA - EM RECUPERACAO JUDICIAL
REQUERENTE : ROSANGELA PERIN MENEGUETTE AGROPECUARIA - EM RECUPERACAO JUDICIAL
REQUERENTE : J BATISTA MENEGUETTI AGROPECUARIA - EM RECUPERACAO JUDICIAL
REQUERENTE : N. MARIA TORTATO MENEGUETTI AGROPECUARIA - EM RECUPERACAO JUDICIAL
REQUERENTE : J CESAR MENEGUETTI AGROPECUARIA - EM RECUPERACAO JUDICIAL
REQUERENTE : M E BOLONHEZ MENEGUETTI AGROPECUARIA - EM RECUPERACAO JUDICIAL
REQUERENTE : FRANCISCO MENEGUETTI AGROPECUARIA - EM RECUPERACAO JUDICIAL
REQUERENTE : W J MENEGUETTI AGROPECUARIA - EM RECUPERACAO JUDICIAL
REQUERENTE : A MENEGUETTI AGROPECUARIA - EM RECUPERACAO JUDICIAL
REQUERENTE : ELEN CRISTIAN MORENO MENEGUETTI AGROPECUARIA - EM RECUPERACAO JUDICIAL
REQUERENTE : V A FERNANDES MENEGUETTI AGROPECUARIA - EM RECUPERACAO JUDICIAL
REQUERENTE : NILSA CORREA FARIA MENEGUETTI - EM RECUPERACAO JUDICIAL
ADVOGADOS : IVO WAISBERG - SP146176
MARCUS VINICIUS FURTADO COELHO - DF018958
LUCAS RODRIGUES DO CARMO - SP299667
PATRICIA FERNANDES DA SILVA - SP391729
CARLOS TEIXEIRA LEITE FILHO - SP061396
REQUERIDO : BANCO BRADESCO S/A
ADVOGADO : CLAYTON CAMACHO - SP076757

DESPACHO

Superior Tribunal de Justiça

Esta medida de urgência foi apresentada por P. MENEGUETTI E OUTROS objetivando a concessão de efeito suspensivo ao recurso especial que interpuseram contra acórdão do Tribunal de Justiça do Paraná que, julgando agravo de instrumento do BANCO BRADESCO S/A (BRADESCO), deu provimento ao pedido formulado e declarou a ilegitimidade ativa dos ora requerentes em processo de recuperação judicial.

Cumpre referir que o especial de P. MENEGUETTI E OUTROS foi admitido pela Corte paranaense.

Estes autos foram distribuídos inicialmente ao Exmo. Sr. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO que assim despachou:

Trata-se de pedido de agregação de efeito suspensivo ao recurso especial interposto por P MENEGUETTI AGROPECUÁRIA E OUTROS contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná que deu provimento a agravo de instrumento no âmbito da recuperação judicial nº 0006422-55.2019.8.16.0017.

É o breve relatório.

Decido.

De acordo com o art. 71 do RISTJ, "A distribuição da ação, do recurso ou do incidente torna preventa a competência do relator para todos os feitos posteriores referentes ao mesmo processo ou a processo conexo, inclusive na fase de cumprimento de decisão; a distribuição do inquérito e da sindicância, bem como a realizada para efeito da concessão de fiança ou de decretação de prisão preventiva ou de qualquer diligência anterior à denúncia ou queixa, prevenirá a da ação penal".

Assim, considerado a anterior distribuição do CC 165.386/PR, consulto, com fundamento no art. 71 do STJ (com redação dada pela emenda regimental nº 24/16), o eminente Ministro Moura Ribeiro acerca de eventual prevenção para análise do presente pedido de agregação de efeito suspensivo ao recurso especial.

(e-STJ, fl. 620/621)

Prestando informações que determinei fossem apresentadas, a Coordenadoria de Processos Originários aduziu que não se aplica a prevenção da classe conflito de competência com outros tipos de classes processuais (e-STJ, fl. 630).

Ocorre, todavia, que a nova redação do art. 71 do RISTJ, que foi dada pela Emenda Regimental nº 24/2016 após a vigência do NCPC, faz menção a anterior distribuição de incidente como indicativo de prevenção.

Tendo em vista a atual conjuntura em que há paralisação de diversas

Superior Tribunal de Justiça

atividades produtivas decorrente da pandemia do COVID-19, não há como aguardar um debate sobre a adequação dos precedentes existentes nesta Corte Superior - e que foram indicados nas informações prestadas - ao NCPC.

Nessas condições, ACEITO A PREVENÇÃO.

Quanto ao pedido de concessão de efeito suspensivo, o exame dos autos revelou que por ora não há perigo na demora, razão pela qual nada há a deferir.

De fato, o argumento apresentado de que *há diversos credores sujeitos à recuperação judicial das Empresas Recuperandas praticando atos de execução/construção em face dos Requerentes* não é suficiente (e-STJ, fl. 23).

Invocando, todavia, o poder geral de cautela inerente a todo magistrado, determino que uma eventual designação de data para a ocorrência de leilão dos bens dos requerentes nos autos dos processos indicados às fls. e-STJ 23/27 seja notificada imediatamente a esta Corte Superior.

Comunique-se o inteiro teor deste despacho aos Juízos indicados às fls. e-STJ 23/27, remetendo-lhes cópia da inicial.

Publique-se.

Brasília, 23 de março de 2020.

MINISTRO MOURA RIBEIRO
RELATOR